

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, <u>30</u> / <u>11</u> / <u>2007</u>
SBB
Silvio C. Barros Barbosa
Mat.: Siape 91745

CC02/C01
Fls. 126



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº 13551.000006/2002-62
Recurso nº 131.300 Voluntário
Matéria Cofins
Acórdão nº 201-80.511
Sessão de 15 de agosto de 2007
Recorrente PORTO SEGURO VEÍCULOS LTDA.
Recorrida DRJ em Salvador - BA



Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Data do fato gerador: 31/10/2001

Ementa: MULTA ISOLADA. RETROATIVIDADE BENIGNA.

O pagamento ou recolhimento de tributos após o vencimento do prazo, sem o acréscimo de multa moratória, deixou de ser punido com multa de ofício a partir da edição da Medida Provisória nº 351/2007. Princípio da retroatividade benigna.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.

Josefa e Maria IlBarques
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES

Presidente

W. J. da Silva
WALBER JOSE DA SILVA

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Fabiola Cassiano Keramidas, Maurício Taveira e Silva, Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça, José Antonio Francisco, Antônio Ricardo Accioly Campos e Gileno Gurjão Barreto.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 30 / 11 / 2007

Sintec/SCB Barbosa
Mat.: Sape 91745

CC02/C01
Fls. 127

Relatório

Contra a empresa PORTO SEGURO VEÍCULOS LTDA. foi lavrado auto de infração para exigir o pagamento de Cofins e multa de ofício isolada, tendo em vista que não foi localizado pagamento informado na DCTF e a constatação de que a empresa efetuou pagamento após o prazo vencimento sem a multa de mora devida.

Inconformada com a autuação a empresa interessada ingressou, tempestivamente, com a impugnação de fls. 01/13, cujas alegações estão resumidas no relatório do Acórdão recorrido.

A 4ª Turma de Julgamento da DRJ em Salvador - BA julgou parcialmente procedente o lançamento para excluir a Cofins lançada e manter a multa de ofício isolada, nos termos do Acórdão DRJ/SDR nº 06.081, de 23/11/2004 - fls. 71/75.

A interessada tomou ciência da decisão de primeira instância no dia 14/02/2005, fl. 71, e interpôs recurso voluntário no dia 15/03/2005, no qual argumenta, em apertada síntese, que a multa de mora é indevida porque ocorreu denúncia espontânea, já que o pagamento foi efetuado antes de qualquer procedimento de ofício, inclusive a lavratura do auto de infração, e a multa isolada, se incidir, deverá ser calculada sobre a diferença não recolhida.

Na forma regimental, o processo foi a mim distribuído no dia 27/03/2007, conforme despacho exarado na última folha dos autos - fl. 119.

Na sessão do dia 20/06/2007 o Colegiado decidiu converter o julgamento em diligência, nos termos da Resolução nº 201-00.690 - fls. 120/122.

No ato de formalização da Resolução, este Conselheiro percebeu que havia cometido um erro material no julgado e representou para a Senhora Presidente da Câmara (fl. 124), que acatou a sugestão e determinou a inclusão do recurso voluntário em pauta, conforme Despacho nº 201-349/07 - fl. 125.

É o Relatório.

W. Jau

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 30 / 11 / 2007

Silvio *SSB* Barbosa
Mat.: Sape 91745

CC02/C01
Fls. 128

Voto

Conselheiro WALBER JOSÉ DA SILVA, Relator

O recurso voluntário é tempestivo e foi conhecido na sessão do dia 20/06/2007.

A recorrente pretende que este Colegiado reforme a decisão recorrida para declarar insubsistente o auto de infração.

À época da lavratura do auto de infração, o art. 44, inciso I, da Lei nº 9.430/96, determinava a imposição da multa de ofício de 75% no caso de “*pagamento ou recolhimento após o vencimento do prazo, sem o acréscimo de multa moratória*”.

Ocorre que o art. 14 da Lei nº 11.488/2007 (Medida Provisória nº 351/2007) alterou a redação do art. 44 da Lei nº 9.430/97, excluindo a expressão “*pagamento ou recolhimento após o vencimento do prazo, sem o acréscimo de multa moratória*”, como se vê:

“Art. 14. O art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação, transformando-se as alíneas a, b e c do § 2º nos incisos I, II e III:

‘Art. 44. Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas:

I - de 75% (setenta e cinco por cento) sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, de falta de declaração e nos de declaração inexata;

II - de 50% (cinquenta por cento), exigida isoladamente, sobre o valor do pagamento mensal:

a) na forma do art. 8º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que deixar de ser efetuado, ainda que não tenha sido apurado imposto a pagar na declaração de ajuste, no caso de pessoa física;

b) na forma do art. 2º desta Lei, que deixar de ser efetuado, ainda que tenha sido apurado prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa para a contribuição social sobre o lucro líquido, no ano-calendário correspondente, no caso de pessoa jurídica’.”

O pagamento da Cofins após o prazo de vencimento e sem os acréscimos moratórios deixou de ser infração punida com a multa de ofício de 75%.

Por esta razão, aplica-se ao caso concreto o princípio da retroatividade benigna da lei tributária, previsto na alínea “a” do inciso II do art. 106 do CTN, devendo o lançamento ser cancelado para exonerar a recorrente do pagamento da penalidade a ela imposta.

fm

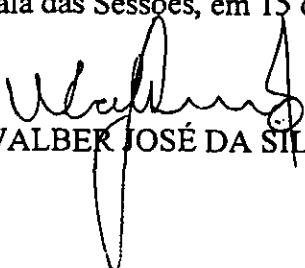
WY

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, <u>30/11/2007</u>	
	
Silvio Silveira Barbosa Mat.: Siage 91745	

CC03/C01
Fls. 129

Em face do exposto, voto no sentido de dar provimento ao recurso voluntário para exonerar a recorrente do pagamento da multa de ofício isolada.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 2007.


WALBER JOSÉ DA SILVA

